

O PROCESSO SOCIOEDUCATIVO NA TORCIDA UNIFORMIZADA DO FORTALEZA: aprendizagem e moral em Piaget.

Raoni Oliveira Marques¹

Amy Sullivan University raoniomarques@gmail.com

Produzimos este artigo com o propósito de fazer uma primeira reflexão para a pesquisa em andamento do programa de mestrado em Ciência da Educação da Anne Sullivan University, intitulada **O processo socioeducativo na Torcida Uniformizada do Fortaleza: um estudo sobre método na bateria da TUF**. Optamos por fazer uma análise teórica do livro **O juízo moral na criança**, de Jean Piaget, por ser um estudo sobre as relações estabelecidas entre crianças em um jogo com “bolinhas”, muito semelhante ao que chamamos de “gude”, ou de “bila”. Piaget virou seu olhar de pesquisador no sentido de entender como o juízo moral na criança é formado, mas conseguiu compreender e descrever brilhantemente as etapas e o modo que o aprendizado infantil se desenvolve. Pretendemos neste artigo apresentar e refletir sobre como o processo descrito por Piaget conduz a moral na criança, para posteriormente utilizarmos este conhecimento no campo de estudo que é a Bateria Nota 10 da Torcida Uniformizada do Fortaleza, grupo percussivo que tem mais de vinte e seis anos de existência.

De início, o autor declara que “*os jogos infantis constituem admiráveis instituições sociais.*” (PIAGET, 1994, p. 23). Segue falando quanto são complexos os sistemas de regras estabelecidos pelas crianças nos jogos estudados, e que, para entender esta complexidade, é necessário dominar os pormenores do conhecimento intrínseco no jogo, que são as regras do “jogo de bolinhas”, por isso o nome do primeiro capítulo é: **as regras do jogo**. Piaget, então, diz que a moral é um sistema de regras e a essência desta moral é encontrada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras (PIAGET, 1994, p.23); desse modo fica nítido como a noção de certo e errado, imersas na noção de moral, de acordo com o autor, são externas ao indivíduo.

Ora, as regras morais, que a criança aprende a respeitar, lhe são transmitidas pela maioria dos adultos, isto é, ela as recebe já elaboradas, e, quase sempre, nunca elaboradas na medida de suas necessidades e de seu interesse, mas de uma vez só e pela sucessão ininterrupta das gerações adultas anteriores. [...]

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, produziu a monografia *Guerreiras do Leão: gênero e torcida organizada, sobre o núcleo feminino da Torcida Uniformizada do Fortaleza*.

Antes de brincar com seus companheiros, a criança é influenciada pelos pais. Desde o berço, é submetida a múltiplas disciplinas e, antes de falar, toma consciência de certas obrigações." (PIAGET, 1994, p.23-24)

Sendo as regras produto da relação entre um ser que detém e transmite certo conhecimento e um que capta este conhecimento específico e levando em conta que o sentido dado à regra por quem transmite, nem sempre será igualmente interpretado pelo receptor, Piaget equipara a forma de transmissão e detenção do conhecimento adulto e infantil. Como nos jogos, aqueles que detém o conhecimento, quer dizer, sabem quais as regras explícitas e implícitas, repassam aos mais jovens as regras morais legitimadas através do respeito incorporado pelos indivíduos. Piaget considera ainda dois grupos de fenômenos que concerne às regras do jogo sendo primeiro a *prática* das regras e o segundo a *consciência* das regras:

1º) A *prática* das regras, isto é, a maneira pela qual as crianças de diferentes idades as aplicam efetivamente. 2º) A *consciência* da regra, isto é, a maneira pela qual às crianças de diferentes idades se apresentam o caráter obrigatório, sagrado ou decisório, a heteronomia ou a autonomia inerente às regras do jogo. [...] As relações existentes entre a prática e a consciência da regra são, de fato, as que melhor permitem definir a natureza psicológica das realidades morais. (PIAGET, 1994, p. 24)

A análise da *prática* e da *consciência* da regra deve ser feita visando “*três fatos essenciais*” (PIAGET, 1994, p. 26). O primeiro é o fato de que em uma determinada geração e em um território qualquer, por mais restrito que seja, não haverá apenas uma maneira de “*jogar de bolinhas*” (PIAGET, 1994, p.26). O segundo é que mesmo se tomar como objeto de estudo apenas um dos vários tipos de jogos de bolinhas, será possível observar variações importantes nas regras do jogo. O terceiro fato essencial é: “[...] *um único e mesmo jogo, como o do quadrado praticado num único e mesmo pátio escolar, comporta, em certos aspectos, diversas regras diferentes.*” (PIAGET, 1994, p. 26). A partir destas noções básicas, Piaget vai citando e qualificando os diferentes tipos de bolinhas; os nomes que cada uma são chamadas em Neuchâtel e em outras cidades próximas; os materiais que as bolinhas são feitas e o valor que cada uma representa para cada jogo de bolinhas.

As regras do “jogo de bolinhas” são descritas com profundidade, primeiro falando dos “*termos sacramentados*”, que são, segundo o autor, “[...] *expressões que o jogador emprega para anunciar que vai executar esta ou*

aquela operação e que assim consagram ritualmente o fato consumado [...]” (PIAGET, 1994, p. 26). Após descrever como as regras são concretizadas em alguns lugares próximos a Neuchâtel, o autor segue para o interrogatório com as crianças. Então, duas questões são levantadas: como as crianças observam as regras de acordo com a idade e seu desenvolvimento mental; e que tipos de obrigações resultam para elas, igualmente de acordo com a idade e o desenvolvimento mental. A partir dos interrogatórios feitos com as crianças, Piaget distingue quatro estágios sucessivos, do ponto de vista da prática das regras:

Um primeiro estágio puramente *motor* e *individual*, no decorrer do qual a criança manipula as bolinhas em função de seus próprios desejos e de seus hábitos motores. Estabelece, nessa ocasião, esquemas mais ou menos ritualizados, mas, permanecendo o jogo individual, ainda não se pode falar senão de regras motoras e não de regras propriamente coletivas. Um segundo estágio pode ser chamado *egocêntrico*, pelas razões que vamos expor. Esse estágio se inicia no momento em que a criança recebe do exterior o exemplo de regras codificadas, isto é, segundo os casos, entre dois e cinco anos. [...] Um terceiro estágio aparece por volta dos sete ou oito anos, o qual chamaremos estágio da *cooperação* nascente: cada jogador procura, doravante, vencer seus vizinhos, donde o aparecimento da necessidade de controle mútuo e da unificação das regras. [...] Finalmente, aos onze-doze anos, aparece um quarto estágio que é o da *codificação de regras*. Não só as partidas daqui em diante são regulamentadas com minúcia, até nos pormenores do procedimento, como também o código das regras a seguir é agora conhecido por toda a sociedade.” (PIAGET, 1994, p. 33-34)

Tratando da consciência das regras, piaget distingue três estágios: no 1º) primeiro estágio “(Até o início do estágio egocêntrico)”, as regras não são coercitivas, mas são incorporadas inconscientemente através dos exemplos que os adultos transmitem - muitas vezes sem perceber-se nesta situação de “transmissor” - da mesma forma que a criança imita as expressões faciais mais comumente repetidas pelo adulto mais próximo. No 2º) segundo estágio “(apogeu do egocentrismo e primeira metade do estágio da cooperação)” a criança considera a regra como sagrada e atemporal, originada e transmitida por um ser superior que sabe de tudo, que não erra e nem mente, que é o adulto. No 3º) terceiro estágio a criança enxerga as regras impostas pelo consentimento mútuo, julgando as condutas de seus tutores e de seus pares, produzindo juízo de valor a partir do entendimento de mundo que lhe foi transmitido durante o segundo estágio. A criança portanto, entende que as regras podem ser

mudadas pelo conjunto dos jogadores, como demonstra mais a frente Piaget.

A regra coletiva é, inicialmente algo exterior ao indivíduo e, por consequência, sagrada. Depois, pouco a pouco, vai-se interiorizando e aparece, nessa mesma forma, como livre resultado do consentimento e uma aplicação ainda rudimentar de seu conteúdo, enquanto, ao respeito racional e motivado, corresponde uma observância efetiva e pormenorizada de cada regra. (PIAGET, 1994, p. 34)

Deste modo, passa-se a considerar que a consciência e a prática das regras desenvolvem-se e incorporam-se no indivíduo de forma e em tempo diferentes. Primeiro a prática buscando a consciência, tal qual a experimentação da criança de um ano com as bolinhas. A consciência das regras físicas, ao serem incorporadas, levam o indivíduo a agregar sentidos/significados às suas ações e às ações dos outros. O que era externo e abstrato toma forma concreta na medida da relação com o meio que é habitado.

Enfim, quando à inteligência motora se juntam a linguagem e a representação, o símbolo torna-se objeto de pensamento. A criança que empurra uma caixa dizendo "ram-mra" assimila, em sua imaginação, esse movimento àquele do automóvel: o símbolo lúdico está definitivamente constituído. (PIAGET, 1994, p.37)

Portanto, as regras são estabelecidas conscientemente nesse processo de experimentação, mas a prática da regra é exercida a partir de um cálculo inconsciente em que, entre outros elementos mais sutis, o desejo particular da experimentação confronta-se com a ordem do adulto, produzindo o resultado que é a prática das regras. O segundo estágio da prática da regra é justamente a experimentação que a criança exerce no processo de conscientização e interiorização da regra passada pelos adultos. Chamar de *egocêntrico* este estágio cabe muito bem como pólo oposto e complementar à forma que as regras externas são passadas às crianças. Se o adulto exerce a coação como método pedagógico, e a criança deseja experimentar as regras, como fazê-la se não for buscando o limite do possível, já que a comunicação neste período é bastante limitado?

Ao romper este limite, as consequências serão concretas, estas consequências atribuem sentidos diversos à ação da criança produzindo um conjunto de conhecimentos; estes conhecimentos incorporam-se ao sujeito e podem ser tomados como leis/regras. A submissão ou insubordinação da criança é produto pedagógico do

conhecimento acumulado através das relações estabelecidas entre a criança e os adultos (ou crianças mais velhas) que a circundam. Mais relevante que estabelecer qual a coação adulta mais eficaz no processo pedagógico, é entender o sentido dado pela criança à regra e à coação.

O sinal é geral e abstrato (arbitrário), o símbolo é individual e motivado. Para que o sinal suceda ao símbolo, é preciso, então, que uma coletividade despoje a imaginação dos indivíduos, do que ela apresenta como fantasia pessoal, para elaborar um conjunto obrigatório e comum de imagens, a par do código das próprias regras. (PIAGET, 1994 p.38-39)

O terceiro estágio da prática da regra chamado de *cooperação* é exercido pela criança após buscar e incorporar alguns entendimentos sobre a forma que os adultos se relacionam; então a criança passa a jogar de acordo com as regras apontadas pelos mais velhos. De acordo com Piaget, no julgamento moral de uma criança nesse estágio, é mais aceitável não dizer a verdade a um adulto, que à outra criança, pois a relação do adulto com a criança é de desequilíbrio essencialmente (não naturalmente), pois pode ser transformada a partir do equilíbrio, assim como a relação entre as crianças vão transformando-se durante os estágios, por causa do equilíbrio estabelecido entre elas.

Pela imitação e pela linguagem, assim como graças ao conjunto dos conteúdos do pensamento adulto que exercem pressão sobre o pensamento infantil, desde que haja o intercâmbio verbal, a criança começa a socializar em um certo sentido, desde o fim do primeiro ano. Só que a própria natureza das relações que a criança mantém com seu círculo adulto impede, momentaneamente, essa socialização de atingir um estado de equilíbrio, o único propício ao desenvolvimento da razão: o estado de cooperação, no qual dos indivíduos, considerando-se como iguais, podem controlar-se mutuamente e atingir, assim, a objetividade. Em outras palavras, a própria natureza da relação entre criança e adulto coloca a criança numa situação à parte, de tal forma que seu pensamento permanece isolado, e, mesmo acreditando compartilhar do ponto de vista de todos, ela fica, de fato, fechada em seu próprio ponto de vista. O próprio vínculo social ao qual a criança, está presa, e por mais estreito que ele pareça quando visto do exterior, implica, assim, um egocentrismo intelectual inconsciente, favorecido, além disso, pelo egocentrismo espontâneo característico de toda consciência primitiva. (PIAGET, 1994, p.40)

Portanto, quando Piaget designa a palavra “ganhar” como marco de aparecimento do terceiro estágio e diz que a criança passa a socializar através da imitação espontânea, nossa interpretação é que a socialização da criança é a própria experiência educadora. O processo educativo é constituído da pressão da ação espontânea do adulto exercida sobre a criança, somada à imitação espontânea, exercida por ela mesma e própria desse estágio, o que servirá de base para concretizar a forma de se relacionar do sujeito “*em um certo sentido*” (PIAGET, 1994, p. 40). O sentido que traçam as crianças, inconscientemente, é o do *egocentrismo*, forjado através da coação/pressão adulta, até ser iniciado o estágio seguinte, *cooperação*, que não elimina o *egocentrismo*, mas estabelece-se em paralelo, guiando a sociabilidade de acordo com a experiência vivida com cada indivíduo ou grupo.

Quanto à diferença entre o terceiro e o quarto estágios, trata-se apenas de uma diferença de grau. Os meninos de sete a dez anos, aproximadamente (terceiro estágio), não conhecem ainda as regras em seus pormenores. Procuram logo conhecer as minúcias, em virtude de seu crescente interesse pelo jogo em comum, mas, quando se interrogam interesse diferentes meninos de uma mesma classe escolar, as divergências são bastante consideráveis entre as informações obtidas. É mesmo na hora de jogar que essas crianças conseguem se entender, seja imitando aquele que parece mais bem informado, seja principalmente deixando de lado todos os pontos que poderiam dar lugar à dúvida. Fazem assim uma espécie de jogo simplificado. Os meninos do quarto estágio, ao contrário, conhecem a fundo seu código e até gostam de discussões jurídicas, profundas ou relativas a simples procedimentos, que podem surgir por ocasião das dúvidas. (PIAGET, 1994, p. 44)

Então, as regras do jogo passam a serem observadas pelas crianças do terceiro e quarto estágios com o intuito, não só de vencer o oponente, mas também de experimentar sentir-se membro de um grupo hermeticamente fechado. As crianças no quarto estágio compreendem as regras mais profundamente que as do terceiro, interessam-se mais pela regra e sentem mesmo prazer em tornar as regras mais complexas, por isso chama “*codificação das regras*”. Segundo Piaget, discussões sobre as regras do jogo de bolinhas entre as crianças do quarto estágio eram comuns quando havia algum tipo de dúvida sobre os procedimentos executados por um jogador, diferente das crianças do terceiro estágio, que procuravam jogar segundo as regras dos mais velhos, ou das crianças do

segundo estágio, que jogavam para si independente das regras e dos outros participantes.

Sobre a consciência da regra, Piaget traça análise no sentido de identificar o que faz com que os sujeitos obedeçam a regra, portanto, como se forma “[...] *a conduta social e moral da criança.*” (PIAGET, Jean. 1994, p. 50). Percebeu que as crianças menores, no jogo de bolinhas, assimilam inconscientemente as regras que os companheiros maiores indicam, entretanto, questiona se isso dá origem à consciência das regras. O primeiro estágio, de acordo com Piaget, é correspondente ao primeiro estágio da prática da regra. Puramente motor, interagindo com o meio através da repetição, mas rapidamente “[...] *adquire hábitos que constituem espécies de regras individuais.*” (PIAGET, Jean. 1994, p. 50), tais como os bebês que reproduzem gestos faciais e alguns anos depois apresentam o mesmo gesto ao coçar o nariz que o adulto mais próximo. São atos que se prolongam e conservam-se em rituais inventados pelo próprio bebê visando satisfazer seu desejo mais inconsciente.

Entretanto, o meio externo ao bebê é carregado de regularidades ritualísticas. A alternância do dia e da noite, os horários de comer, dormir, banhar, segundo Piaget, são obrigações morais que pressionam a formação moral do sujeito desde os primeiros meses, tornando bem difícil diferenciar, na consciência da regra, o que é guiado pela imposição do adulto e o que é inventado pela criança. Estes rituais podem ser visualizados mais facilmente nas crianças maiores, como quando ela se proíbe de pisar na linha que separa os azulejos, não por uma imposição exterior, mas por causa de um jogo interno e particular, em que efeitos externos inexistem. Mesmo sendo um jogo particular e sem efeitos externos, a noção de obrigatoriedade é forjado em um acordo, neste caso consigo próprio, consiste em uma operação social, pois espera-se que o meio externo sancione ou não a ação. O sentimento de obrigação é dependente da aprovação do ambiente que circunda a criança.

Reconhecemos, da maneira pela qual colocamos o problema, a admirável tese de Bovet sobre a gênese da obrigação consciente: o sentimento de obrigação só aparece quando a criança aceita imposições de pessoas pelas quais demonstra respeito, todos os fatos analisados na presente obra, a começar pelos fatos de consciência relativos às regras do jogo, confirmam essa tese, aliás mais paralela que oposta à doutrina de Durkheim sobre a gênese social do respeito e da moralidade. A única modificação que introduziremos na teoria de Bovet consistirá em ampliá-la, distinguindo, ao lado do respeito unilateral do menor pelo maior, um respeito mútuo de igualdade entre eles. A regra coletiva, em consequência, surgirá como produto tanto da aprovação recíproca de dois indivíduos, como da autoridade de um sobre o outro. (PIAGET, 1994, p. 52)

O segundo estágio caracteriza-se pela adequação à regra exterior e o desejo de jogar tal qual seus colegas, buscando a vitória. Piaget sublinha esse estágio como o mais interessante para a questão central de sua pesquisa. Então coloca, às crianças entrevistadas, três grupos de perguntas: podemos mudar as regras? As regras sempre foram o que são hoje? Como começaram a usar essas regras?² Neste estágio as respostas das crianças apontam as regras do jogo como imutáveis. Perguntamo-nos se a condição de assimilação inconsciente em que a criança se encontra no primeiro estágio da consciência da regra e o método (consciente ou inconsciente) que os adultos utilizam para educar as crianças, levam a esta compreensão rija em relação à mudança da regra.

Ora, desde o segundo estágio, isto é, desde que a criança se põe a imitar as regras dos outros, e qualquer que seja, na prática, o egocentrismo de seu jogo, considera as regras do mesmo como sagradas e intocáveis: recusa-se a mudar as regras do jogo e entende que toda forma de modificação, mesmo aceita pela opinião geral, constituiria uma falta. (PIAGET, 1994, p. 53)

O terceiro estágio é caracterizado pela autonomia, que sucede à heteronomia. Apresenta-se a partir da segunda metade do estágio de cooperação e durante todo o estágio de codificação da regra. Neste estágio as crianças, a partir de 10 anos, deixam de enxergar as regras como algo externo, divino, sagrado, e passam a entendê-las como produto do acordo firmado entre quem está jogando naquele momento. Passam a aceitar que as regras sejam mudadas; todas as opiniões são válidas e para que seja legítima qualquer mudança, faz-se necessário que os jogadores entrem em consenso. A democracia passa a ser o eixo central da relação destas crianças.

Todas as opiniões são permitidas, contanto que aqueles que as emitiram procurem fazer com que sejam aceitas pelas vias legais. Há, entre as novas regras que podem ser propostas, inovações dignas de ser acolhidas, para que o interesse pelo jogo possa ser aumentado (prazer do risco, da arte pela arte etc.). Há novas regras que não valem nada, porque fazem predominar o ganho fácil sobre o trabalho ou a habilidade. Só que a criança conta exatamente com o acordo entre os jogadores para eliminar essas inovações imorais. (PIAGET, 1994, p. 60)

² PIAGET, 1994, p. 52

Neste estágio o entendimento da criança sobre a origem do jogo também muda. Segundo Piaget, a consciência da criança passa a ser dotada de racionalidade. Ao mesmo tempo que ela entende que pode mudar as regras do jogo, entende também que as regras foram modificadas ao longo do tempo pelas próprias crianças. Portanto, se até o segundo estágio só existia egocentrismo e coação como constituintes da moral, a partir do terceiro estágio a cooperação e a autonomia tomam lugar no entendimento e nas relações infantis. É neste estágio que a regra passa a ser mais respeitada pela criança, pois a soberania sobre as regras é compartilhada e o dever de obedecê-las evidencia-se para os jogadores.

Piaget considera que o fato de os jogadores, a partir dos onze, treze anos, não encontrarem crianças mais velhas que lhe exerçam pressão em relação ao jogo de bolinhas, tomam consciência bem mais rapidamente da sua autonomia. O autor também diz que possivelmente seria diferente se o interesse dos jogadores fosse até os dezoito anos.³ Observa ainda que tanto a prática quanto a consciência da regra transformam-se ao longo dos anos. Mas não há ruptura neste processo; o egocentrismo não deixa de existir quando a cooperação é desenvolvida. A diferença, diz piaget, é de grau, sendo possível enxergar mesmo nos adultos, atitudes infantis e vice versa.

Depois de ter procurado descrever uma mentalidade infantil distinta da do adulto, fomos obrigados, por exemplo, a reencontrá-la entre os adultos na medida em que permanecem crianças. É um caso particular da psicologia moral, uma vez que certos traços da moral infantil nos aparecem, desde já, ligados a uma situação que predomina na criança (o egocentrismo resultante da desigualdade entre a criança e o ambiente adulto, em particular nas sociedades conformistas e gerontocráticas, ditas primitivas. Ao contrário, em certas circunstâncias, no decorrer das quais experimenta novas condutas, cooperação com seu semelhante, a criança já é adulta. O adulto todo já está na criança, a criança toda também está no adulto. A diferença de natureza reduz-se então a isto: há, na criança, atitudes e crenças que o desenvolvimento intelectual eliminará, na medida do possível, há outras, que assumirão sempre maior importância: e, das primeiras às segundas, não há filiação simples, mas antagonismo parcial. Os dois grupos de fenômenos se encontram na criança e no adulto, mas os primeiros predominam nela, os outros, no adulto: é uma questão de dosagem, esclarecendo-se que toda diferença de dosagem é, ao mesmo tempo, uma diferença de

³ PIAGET, 1994, p. 68

qualidade global, visto que o espírito é um só. (PIAGET, 1994, p. 74-75)

Declara que foi importante ter investigado nas crianças a moral através do jogo de bolinha, por conter um elemento afetivo e social que permanece, mesmo que seja como “*resíduo*”⁴, na vida adulta. Também declara que não há estágios morais bem definidos, mas que em cada novo “*conjunto de regras*”⁵ repete-se os processos. Iniciado pela coação moral, resulta na heteronomia ao ser desenvolvido para a cooperação, resulta na autonomia. Entre a heteronomia e a autonomia há o processo de interiorização das regras. Então o conceito de bem e mal é incorporado no indivíduo através destes processos.

Ora, como M. Bovet o demonstrou claramente, este respeito é a origem da obrigação moral e do sentimento do dever: toda ordem, partindo de uma pessoa respeitada, é o ponto de partida de uma regra obrigatória. É o que nosso inquirido confirma abundantemente. A obrigação de dizer a verdade, de não roubar etc., tantos deveres que a criança sente profundamente, sem que emanem de sua própria consciência: são ordens devidas ao adulto e aceitas pela criança. Por consequência, esta moral do dever, sob sua forma original, é essencialmente heterônoma. O bem, é obedecer à vontade do adulto. O mal, é agir pela própria opinião. (PIAGET, 1994, p. 154)

O bem e o mal não só são relativos à vontade do mais velho, como é este conceito que é incorporado como certo pela criança. É incorporado o conjunto de regras do grupo que a criança deseja pertencer, no caso da pesquisa de Piaget as regras do jogo de bolinhas, no caso desta pesquisa, o conjunto de regras adotado pela Torcida Uniformizada do Fortaleza é chamado de ideologia. O aprendizado de percussão neste grupo específico é submetido à ideologia da torcida, quero dizer com isso que só pode participar do grupo de percussão, chamado de Bateria Nota 10, se antes o indivíduo tiver provado que conhece e cumpre as regras estabelecidas pelo grupo. Não se trata aqui de um jogo formal em que há um vencedor e um perdedor, mas um jogo de relações que o menor deslize pode tornar o sujeito um excluído, um *outsider* (ELIAS, 2000), ou como os interlocutores o tratam: expirado.

Cada um procurava, na verdade, imitar o jogo dos mais velhos e dos iniciados. Porém isso se verificava mais para alimentar a satisfação, ainda toda pessoal, que se experimenta ao se sentir membro de uma comunidade mística, cujas instituições sagradas são transmitidas pelos mais velhos a partir de um passado longínquo, do que para sustentar o desejo real de cooperar com o parceiro ou com quem quer que seja. (PIAGET, 1994, p. 46)

⁴ PIAGET, 1994, p. 68

⁵ PIAGET, 1994, p. 75

Neste trecho Piaget evidencia que já antes do terceiro estágio [cooperação] a criança adequa-se e reproduz as regras dos mais velhos visando pertencer a um grupo hermeticamente fechado. A criança aprende que para fazer parte de um grupo tão seletivo, deve dobrar-se às tradições, que por vezes, não são ditas, mas veladas, encobertas pelo silêncio que proíbe até mesmo a menção ao fato que já vem consumado de priscas eras. Na torcida, como trata-se de jovens e adultos, a tarefa do pesquisador será perceber como se dá o método de ensino empregado pelos professores em uma educação não formal; como este aprendizado afeta os aprendizes e como se dão as relações a partir deste grupo que detém um conhecimento específico dentro da torcida em questão.

Desde 2010 pesquisamos a Torcida Uniformizada do Fortaleza com a intenção de perceber as formas de socialização neste grupo que contém cerca de dez mil componentes, entre jovens, adultos, homens e mulheres, iniciado em fevereiro de 1991. Esta é uma das grandes torcidas brasileiras, que se destaca pelo modo que se relaciona com a cidade. Acreditamos que a pesquisa de Piaget contribuiu para o entendimento deste universo tão complexo que é o que os interlocutores chamam de “mundo das organizadas”.

REFERÊNCIAS

PIAGET, Jean. O juízo moral na criança / Jean Piaget ; Tradução Elzon Lenardon. 3ª Ed. - São Paulo ; Summus, 1994

